

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Audiências públicas vão avaliar reforma administrativa

Fotos: Joanas Lemos Campos

Calendário proposto pela Comissão de Constituição e Justiça prevê debates com ampla participação popular até 15 de março



Integrantes da CCJ abrem trabalhos centrando foco na análise do projeto da reforma, de origem do Executivo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), vai realizar audiências públicas para discutir a terceira etapa da reforma administrativa. A proposta apresentada pelo líder do governo e relator da matéria, deputado João Henrique Blasi (PMDB), prevê um cronograma de encontros até 15 de março.

No dia 22 de março, termina o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei complementar. No dia 27, deve ser feita a deliberação conjunta da matéria, conforme proposição a ser encaminhada às comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho e Serviços Públicos, outras duas comissões nas quais a reforma deve tramitar.

Como se trata de projeto em regime de urgência, o prazo de deliberação encerra-se no dia 30 de março. Desde já, o líder do governo, João Henrique Blasi, não descarta a possibilidade de avançar no prazo.

Páginas 6 e 7

Neroci Raupp é novo diretor geral da Casa

Página 5

Ensino superior ganha Fórum Permanente



Fórum vai tratar da interiorização e expansão da UFSC e Udesc

Foi instalado esta semana o Fórum Permanente para o ensino superior. O objetivo é discutir a interiorização e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a compra de vagas para alunos nas universidades comunitárias e a implantação e expansão dos cursos técnicos profissionalizantes. De autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), a proposta tem a missão de ampliar o acesso da população à educação.

Página 3

ENTREVISTA

Deputado Clésio Salvaro fala dos planos na 1ª Vice-presidência

Página 4

Mesa disciplina uso de espaços do Legislativo

Página 2

OPINIÃO

Redução da maioria penal

Foi mais um dos momentos de indiscutível comoção nacional. A morte do menino João Hélio, de apenas seis anos de idade, durante um assalto no Rio de Janeiro, foi uma tragédia para a família - é claro - mas também para a sociedade brasileira que acompanhou depoimentos, versões e reconstituições do fato pela mídia. Para a família do menino os motivos para a comoção são óbvios. Para nós, que não fomos atingidos diretamente pelo acontecimento, o trágico é estarmos chocados e acuados diante da violência. E neste clima tenso voltamos a colocar em pauta um assunto sério e polêmico: a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

A realidade é dura. Um levantamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão apontou que, em 2006, 55% dos adoles-

centes apreendidos cometeram tentativas de homicídio ou mataram alguém. A pesquisa revelou ainda que, contando os crimes hediondos, como roubo seguido de morte e estupro, por exemplo, o índice sobe para quase 70% dos adolescentes recolhidos para os centros de recuperação e reintegração à sociedade.

A realidade também é dura sob outro ponto de vista. Esses adolescentes são vítimas, ao mesmo tempo em que são réus da sociedade. Em troca de algumas garantias, benefícios ou alguns trocados, os menores são aliciados, principalmente, pelo tráfico. Crianças e adolescentes transportam drogas, se apresentam como culpados e confessam crimes no lugar dos adultos. O aliciamento de menores atrapalha o trabalho da polícia, gera a impunidade dos verdadeiros

culpados e mais violência.

Seja contra ou a favor da redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade, é preciso colocar os pontos desta polêmica em discussão com a sociedade. Neste período em que a sensibilidade grita e a razão murmura, o debate tende a ser o meio termo. Não seria o caso de a sociedade decidir se concorda ou não com a mudança, através de um plebiscito?

A forma como olharemos nossos adolescentes daqui pra frente pode estar prestes a mudar radicalmente. Vítimas ou réus? Espero que o bom senso norteie as discussões. No intuito de contribuir com uma decisão tão importante deixo a idéia de que o que diminui o delito é a oportunidade, e não o encarceramento.

Deputada Ada de Luca (PMDB)

A importância de uma oposição alerta

No cenário democrático da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a existência da oposição é sempre importante, já que funciona como um alerta que é acionado quando algo vai de encontro às necessidades e prioridades dos catarinenses.

Dessa forma, nós deputados do Partido Progressista que integram a oposição, nos colocamos como sentinelas do povo catarinense. Uma sentinela tem a função de alertar e não de lutar; ou seja, a oposição não quer guerrear contra a situação ou contra o governo; mas, sim, alertar os líderes e os governantes sobre tudo que possa prejudicar os cidadãos ou que não seja prioridade para melhorar o dia-a-dia dos catarinenses.

Como representantes eleitos e legais do povo, entendemos que é dever de cada deputado buscar alternativas para resolver ou melhorar os problemas de cada

cidade do Estado. Para isso, devemos usar a Assembleia Legislativa como lugar de discussão, aberto a todos os partidos políticos, ouvindo todos os setores da sociedade, na tentativa de identificar as prioridades e os maiores problemas existentes em todas as regiões do Estado. Somente assim, o parlamento poderá tratar de assuntos realmente pertinentes, votar e aprovar trabalhos que reflitam a mais transparente realidade, assumindo a postura de um lugar democrático a que se propõe.

Como líder do Partido Progressista, me mantereii alerta, juntamente com meus companheiros de partidos, na tentativa de enxergar todos os atos que não reflitam a prioridade e mostrar todos os fatos que comprovem ações do Estado incorretas, no sentido de não atenderem às reais necessidades. Como uma nova forma de fazer denúncias que

sejam necessárias e mostrem os problemas reais do Estado, utilizaremos do jornalismo, através de matérias, porque as imagens falam por si só e trazem um alto grau de credibilidade.

Também, não deixaremos de mostrar e concordar com tudo aquilo que for feito e realizado pelos governantes e pelos deputados da situação que atendam às expectativas dos cidadãos de Santa Catarina, nos mais diversos setores, principalmente no que se refere à educação, saúde, saneamento básico e infra-estrutura.

Com essas atitudes pretendo fazer valer todos os votos que recebi e que me renderam uma cadeira no parlamento catarinense, exercendo essa função com determinação e assumindo a postura de uma sentinela para defender o cidadão.

Deputado Kennedy Nunes (PP)

Ato disciplina uso de espaços da Assembleia

Com base no Regimento Interno, ato da Mesa da Casa do dia 28 de fevereiro regulamentou o uso de espaços internos da Assembleia. Foram disciplinadas a utilização do Plenário Osni Régis, Plenarinho Paulo Stuart Wright, Auditório Antonieta de Barros, Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, Espaço Cultural Jerônimo Coelho e Salas de Reuniões de Comissões.

O ato esclarece que os espaços se destinam a atividades institucionais legislativas e administrativas da Casa. No Plenário Deputado Osni Régis, segundo o ato, serão realizadas as sessões previstas no Regimento Interno e sessões do Programa Parlamento Jovem. No Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright e no Auditório Deputada Antonieta de Barros, devem acontecer sessões solenes, audiências públicas, palestras, simpósios, reuniões, fóruns, conferências e congressos, exclusivamente da Assembleia.

Exposições, lançamento de obras literárias e demais atividades culturais passam a ser realizadas na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e no Espaço Cultural Jerônimo Coelho. Nas salas de Reuniões de Comissões, serão programadas as reuniões das comissões permanentes, das demais comissões previstas no Regimento Interno, fóruns permanentes e reuniões administrativas.

Quando caracterizado o interesse público, mediante aprovação da Mesa, o Plenário Osni Régis e o Auditório Antonieta de Barros poderão ser usados para eventos agendados previamente. Encontros estes pedidos por partidos políticos, exclusivamente para convenções ou reuniões estaduais e para entidades de fins não lucrativos. Pessoas físicas poderão utilizar exclusivamente a Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho e o Espaço Cultural Jerônimo Coelho.

[AGENDA]

• **5 de março, 18h30:** Sessão solene em homenagem ao professor Darcy Ribeiro (in memoriam).

Local: Plenário

• **5 de março, 19 horas:** Exposição da artista plástica Maria Lúcia Gobi.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **6 de março, 19 horas:** Lançamento do livro "Sociedade do Conhecimento: Novas Tecnologias, Risco e Liderança", de autoria de Roberto Rogério Amaral.

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **8 de março, 14 horas:** Conferência "Relações de Gênero, Dignidade Política", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Promoção da Escola do Legislativo

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **8 de março, 19 horas:** Lançamento do Documentário "Cammino - Caminhos de uma grande Santa", sobre Santa Paulina.

Local: Hall da Assembleia

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andrea Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Instalado Fórum Permanente do ensino superior

Grupo tem a missão de discutir a interiorização e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina e da Udesc

Andreza de Souza

Parlamentares, representantes da área educacional e autoridades políticas instalaram, dia 28, o Fórum Permanente para discutir a interiorização e a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a compra de vagas para alunos nas universidades comunitárias e a implantação e expansão dos cursos técnicos profissionalizantes. A decisão foi tomada em reunião na sala das comissões no dia 28 de fevereiro.

De autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), a proposta pretende dar oportunidade de acesso à educação da população catarinense. Segundo o deputado, é preciso mobilizar a sociedade para discutir qual o melhor modelo a ser implantado.

“A descentralização no ensino superior é necessária, por isso queremos discutir amplamente com a sociedade sobre qual a melhor forma de ampliar as vagas para aqueles que querem estudar”, destacou o peemedebista.



Fotos: Jonas Lemos Campos

Parlamentares, educadores e autoridades começam a debater mecanismos que facilitem o acesso da população ao ensino superior em Santa Catarina

Herneus abriu os trabalhos, juntamente com os deputados Serafim Venzon (PSDB), Cesar Souza Junior (PFL) e o Sargento

Amauri Soares (PDT). Também estavam presentes o presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Ma-

chado dos Santos; ex-deputado e chefe da Polícia Civil Maurício Eskudlark; coordenador do Curso de Direito da Universidade

do Sul de Santa Catarina (Unisul) de Tubarão, Cláudio Zoch; prefeitos e vereadores da região Oeste do estado.

Adélcio Machado defende avanços e quebra de mitos

O presidente do Conselho Estadual de Educação, Adélcio Machado, afirmou que o grande papel do Fórum

Permanente é identificar os anseios da sociedade e buscar soluções de forma organizada. “Será preciso sistematizar as necessidades e debater o assunto com a sociedade, quebrar mitos e querer avançar. Todas as políticas que incluam as pessoas na educação são sempre bem-vindas”, observou.

O coordenador de Direito da Unisul, Cláudio Zoch, disse que a descentralização do ensino é um passo importantíssimo e vital. “Estamos num momento histórico na área da educação”.

No contexto da criação de oportunidades iguais a todos no estado, o vereador de Chapecó, Nilso Macieski, fez um alerta sobre as dificuldades enfrentadas pela população da região Oeste para ingressar no ensino superior.

“Se temos educação, temos cultura, segurança e todo um real desenvolvimento da sociedade”, concluiu.

Novos encontros serão agendados para debater sobre o roteiro a ser seguido pelo Fórum Permanente.



Adélcio Machado: políticas inclusivas



Nilso Macieski: dificuldades no Oeste

Parlamentar cobra recursos federais para educação

O deputado Cesar Souza Júnior (PFL) afirmou que Santa Catarina foi e é discriminada pelo governo federal nos recursos destinados à educação, levando em consideração a capacidade econômica do estado. Para corrigir esta distorção, Fórum fará pressão política para solucionar o impasse. “Temos que tratar o assunto com o devido rigor que ele merece”, observou.

De acordo com o deputado Sargento Soares (PDT), a sociedade estaria realmente desenvolvida se todos os jovens em idade escolar estivessem freqüentando as aulas regularmente. O parlamentar frisou que a educação precisa de mais investimento, já que muitas pessoas não têm condições de custear um curso superior. “Tem muita gente para estudar, mas não tem gente para pagar”.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Clésio Salvaro

“O fato de o governo ter maioria não esmagou a oposição”

O AL Notícias publica esta semana conversa exclusiva com o primeiro vice-presidente, deputado Clésio Salvaro (PSDB), dando continuidade à série de entrevistas com os membros da Mesa da Assembléia. Ele fala sobre os desafios da nova função, de suas metas para o mandato e de maturidade política



Saiba mais

Idade: 43 anos

Natural de: Siderópolis

Partido: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

Região do Estado que representa: Sul do Estado

Profissão/formação: Técnico em Cerâmica

Legislaturas: eleito para a Câmara de Vereadores de Siderópolis no período 1988/1993, foi reeleito para a legislatura seguinte, 1993/1996. De 1991 a 1993, foi presidente da Câmara de Siderópolis. Em 1995, conquistou a terceira suplência na Assembléia Legislativa. Quatro anos mais tarde, assumiu como deputado estadual, mandato durante o qual foi efetivado. Em 2002, foi o quarto parlamentar mais votado, com 48.302 votos. Em 2004, foi presidente reeleito da Comissão Permanente de Saúde, tendo sido membro da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. Em 2006 foi eleito deputado estadual com 59.061 votos.

Andréa Leonora

AL Notícias - A composição desta Mesa foi consensual. A que se deve este aspecto e quais as vantagens para a condução do Legislativo?

Clésio Salvaro – São dois fatos importantes que precisamos destacar: a habilidade do atual presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e a maioria folgada de deputados alinhados ao pensamento do governador Luiz Henrique da Silveira, que são 27. E aqui nesta Casa, como em qualquer processo onde prevaleça a maioria, quando você conquista o voto necessário, neste caso, o 21º, as coisas acontecem de forma mais natural. Acredito que o fato de o governo ter a maioria na Assembléia não esmagou a oposição. Pelo contrário, houve uma composição eclética, onde todos os partidos, considerando a proporcionalidade, tiveram correspondência entre o espaço conquistado nas urnas e os espaços conquistados no Legislativo. Isso é democracia na sua essência.

AL Notícias – Quais as experiências políticas que o senhor deverá aplicar agora como primeiro vice-presidente?

Salvaro – Considero que estou bem mais maduro do que quando cheguei aqui. Vou para o meu nono ano de atuação na Casa e, portanto, bem mais preparado. A condição de vice-presidente está diretamente relacionada com os encaminhamentos do presidente, que conduz a Assembléia com muita maestria. Discutimos todas as questões na Mesa, sem qualquer problema e com pleno entrosamento entre os representantes de todos os partidos.

AL Notícias – O senhor está em seu terceiro mandato como deputado estadual. Quais as principais conquistas já obtidas?

Salvaro – Minha atividade parlamentar é de muito trabalho, como ocorre com todos os deputados. Mas posso destacar, entre as várias conquistas para a região, o trabalho desenvolvido

na área da saúde, principalmente da cardiologia, da oncologia. Graças a esse trabalho, os doentes não precisam mais se deslocar para Florianópolis em busca do atendimento. Fazem o diagnóstico e o tratamento, se necessário, lá mesmo, com a presença e o apoio de suas famílias. Tivemos um forte trabalho também na área da agricultura, com atenção aos vários municípios e suas especificidades na área da produção.

“Considero que estou bem mais maduro do que quando cheguei aqui. Vou para o meu nono ano de atuação na Casa e, portanto, bem mais preparado. A condição de vice-presidente está diretamente relacionada com os encaminhamentos do presidente”

AL Notícias – Na composição das comissões, também se constatou um bom nível de entendimento, com vários deputados recém-chegados assumindo presidências ou vice-presidências. Qual sua avaliação sobre este processo?

Salvaro – Aqui nesta Casa, há deputados com 70 mil votos e deputados com 18 mil votos, em primeiro mandato ou há vários anos exercendo a função de deputado, não importa. Somos todos iguais. São 40 parlamentares e exatamente 40 votos. Não tem deputado que vale mais ou deputado que vale menos. O desejo do eleitor, expressado através do voto nas urnas na eleição do dia 1º de outubro é o que se reproduziu aqui, de forma mais ou menos proporcional. Sem prestígio maior para um ou outro partido. Aqui houve uma

distribuição de acordo com a geografia das urnas. Quem sai ganhando é a sociedade, que se identifica com o Poder.

AL Notícias – Pelo desenho político e partidário desta Legislatura, o que a população catarinense pode esperar para os próximos quatro anos?

Salvaro – Apesar de o governo ter a maioria dos deputados, a sociedade não vai ver esta Casa apenas como um instrumento homologatório da vontade do Executivo. A sociedade pode esperar um poder independente, que vai discutir, que vai procurar melhorar os projetos do Executivo, quando necessário e de acordo com as características regionais.

AL Notícias – Já nas primeiras semanas de trabalho, foram várias as iniciativas para formação de fóruns parlamentares. Pode ser esta uma tentativa de aproximar ainda mais o Legislativo da sociedade?

Salvaro – Os fóruns e as audiências públicas são instrumentos legítimos para aproximar, sim, ainda mais, não o deputado, mas o Legislativo, da sociedade. Sou defensor dessa prática. Mas temos que ter claro que não se podem criar fóruns ou promover audiências para qualquer assunto. Deve haver uma sintonia real com as demandas da sociedade. Também não se pode atropelar o trabalho que cabe às comissões permanentes.

AL Notícias – Alguma meta especial para seu mandato?

Salvaro – Acho que o Sul do estado precisa de uma universidade pública e de qualidade. Estou me referindo à Udesc. Considero uma injustiça o que está sendo feito ao se protelar a instalação de um campus da Udesc na nossa região. A Udesc leva 2.01% de tudo o que o estado arrecada. Se for para a universidade levar esses quase R\$ 11 milhões por mês, e nós contribuimos com esse valor, queremos que ela se faça presente na nossa região. Também vamos lutar para levar uma Delegacia da Polícia Federal para o Sul.

INSTITUCIONAL

Nova diretoria do Sindalesc toma posse

Carlos Kilian



Reconduzido ao comando do sindicato, Romário da Silva anuncia metas

A nova diretoria do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Sindalesc) tomou posse, dia 27, no Plenarinho. Reeleito para mais dois anos, o presidente Romário da Silva lembrou que, ao assumir o primeiro período, em 2005, tinha consciência da grande missão e das dificuldades que enfrentaria.

“Não faltaram esforços, não faltou luta. E os principais objetivos nós conseguimos concretizar, como a reforma administrativa e o auxílio alimentação para todos os aposentados”, destacou.

Elogiou o diálogo sempre franco e aberto mantido com a Presidência da Casa. O presidente Julio Garcia (PFL), por sua vez, cum-

primentou Romário pela reeleição e também ressaltou “as conversas e entendimentos transparentes, a convivência harmônica, mas independente, como deve ser uma entidade de trabalhadores”.

Garcia disse que um de seus grandes desejos como presidente da Assembléia foi concretizado com um servidor de carreira ocupando a Direção Geral da Casa, no caso, também membro da diretoria do Sindalesc, Neroci da Silva Raupp. Ele vai trabalhar junto com o sindicato para através de concursos públicos, reduzindo ao mínimo necessário os terceirizados atuando no Legislativo catarinense.

No período da manhã, Garcia esteve reunido com o presidente da Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos Estaduais e do Distrito Federal (Fenal), João Moreira e Gaspar Bissolotti, secretário-geral da Fenal.

Confira os principais cargos

Diretoria Executiva

Presidente: Romário da Silva

Vice-presidente: Pedro Ideraldo Sampaio

1º Secretário: Siomara Gonçalves Videira

2º Secretário: Nelson Henrique Moreira

Secretário de Formação Sindical: Clerson Larroyd

Secretário de Comunicação Sindical: José Agrício Gonçalves

Secretário de Políticas Sociais: Fernando Antônio Russi

1º Tesoureiro: Isabel Cristina Carneiro Schaefer

2º Tesoureiro: Angelino Sávio Quartiero

Neroci assume Diretoria Geral

Neroci da Silva Raupp, 47 anos, é o novo diretor geral da Casa. Servidor efetivo da Assembléia há 25 anos, tem formação em Direito e Ciências Contábeis, especialização em Direito Administrativo Aplicado, Metodologia do Ensino Superior e MBA em Auditoria e Finanças Públicas.

“Estou preparado para assumir o cargo, mas tenho consciência que não cheguei aqui sozinho. Tive várias situações que me favoreceram”, afirmou. Entre elas, a vasta atuação como servidor: foi chefe de Gabinete Parlamentar, assessor especial da Presidência, membro da Comissão Permanente de Licitações, titular do Conselho Administrativo da Assembléia e por último, chefe de Consultoria Legislativa.

O novo diretor geral destacou que, desde 1992, vem trabalhando pela carreira e que a reforma administrativa, em vigor desde 11 de janeiro de 2006, deu oportunidade para que o cargo fosse ocupado por um servidor efetivo.

“O mais importante é que esse cargo é privativo de um servidor de carreira. Isso é a garantia do comprometimento com a Assembléia daqueles que passarão pelo cargo”, observou.

A primeira missão de Neroci



Neroci: experiência e dedicação

será organizar concurso público para preenchimento de cargos na Diretoria de Comunicação Social. Obedecendo a critérios de transparência e lisura, o concurso terá

comissão organizadora formada de servidores da Casa e representantes do Sindalesc, Ministério Público, OAB e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina.

Repercussão - A escolha do novo diretor geral foi muito bem recebida pelos servidores. O procurador jurídico, Nazarlino Knabben, que por dez anos foi diretor geral da Casa, disse que ficou muito satisfeito. “É uma pessoa que chegou ao topo. É leal, competente e tem o respeito de todos.”

A 1ª secretária do Sindalesc, Siomara Gonçalves Videira, da Taquigrafia das Comissões, lembrou que a escolha de Neroci atende antigo desejo do sindicato. “É o resultado de um caminho trilhado por um servidor competente, capaz e comprometido com a Assembléia”. O técnico legislativo Marco Apolo de Freitas, que atua na Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa (AFALESC), também aprovou a escolha. “A indicação foi perfeita”.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

A Procuradoria da Assembléia Legislativa, vinculada à Mesa da Casa, a qual está subordinada administrativamente, e orientada pelos princípios da Constituição Estadual, é um órgão técnico-administrativo da estrutura organizacional do Legislativo, com atribuições de representação judicial e consultorias. Ao lado da Mesa, é o único órgão administrativo da Assembléia expressamente referido na Constituição do Estado e subdivide-se em Jurídica, de Finanças e Legislativa, todas coordenadas pelo procurador-geral.

Designado por ato da Mesa, o procurador-geral da Assembléia é escolhido obedecendo os seguintes critérios: os membros do Colegiado Jurídico indicam dois nomes, dentre membros do Colegiado em exercício, que serão submetidos à consideração da Mesa. A seu critério, a Mesa escolherá dentre os nomes que foram apresentados.

Ao procurador-geral estão reservadas, entre outras, as atribuições de integrar, presidir e convocar os membros dos Colegiados da Procuradoria, designar membro da Procuradoria para o desempenho de funções administrativas ou processuais afetas ao órgão, participar das sessões do Tribunal de Justiça do Estado quando da apreciação de Ação Direta de Inconstitucionalidade, promover e disciplinar a distribuição de processos aos procuradores e indicar representantes da Procuradoria para atuar junto às Comissões ou ao Plenário.

Para o procurador-geral da Assembléia, Michel Curi, “a Procuradoria é o órgão que centraliza as atividades da Casa e dá respaldo às decisões da Mesa, orientando-a em relação a sua aplicabilidade”.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Procuradoria Jurídica

I – representar a Assembléia Legislativa em juízo ou fora dele, onde esta conste como autora, ré, assistente, oponente ou litisconsorte em ações e feitos que a envolvam;

II – prestar assessoria jurídica ao Presidente, à Mesa, às Comissões e aos Deputados, mediante parecer técnico-jurídico sobre consultas, editais, contratos, convênios, regulamentos e outros;

III – emitir parecer técnico-jurídico sobre processos administrativos de interesse de servidores ativos e inativos da Assembléia;

IV – efetuar estudos e pesquisas sobre assuntos jurídicos, emitindo parecer, orientando e propondo medidas sobre sua aplicabilidade no âmbito da Assembléia;

V – prestar assessoria jurídica nos processos que lhe forem encaminhados;

VI – examinar e estudar questões jurídicas relativas a direitos e obrigações nos casos em que a Assembléia figure como titular ou interessada.

Procuradoria de Finanças

I – ordenar as despesas da Assembléia Legislativa;

II – analisar documentos que envolvam assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;

III – supervisionar a administração contábil, orçamentária, financeira, operacional, patrimonial, pessoal e o sistema interno de controle financeiro-contábil;

IV – coordenar a elaboração da proposta de orçamento da Assembléia e acompanhar sua execução, sugerindo o remanejamento e suplementação de verbas, quando necessário.

Procuradoria Legislativa

I – prestar consultoria técnica ao Presidente da Assembléia, à Mesa, aos presidentes de Comissões e aos Deputados, quando solicitada, acerca de questões regimentais pertinentes ao processo e procedimentos legislativos;

II – desenvolver estudos e planos técnicos e estratégicos afins com o processo legislativo.

Fonte: Ato da Mesa nº 258, de 25/05/2006

COMISSÕES

CCJ vai promover audiências públicas sobre reforma administrativa

Até 15 de março, Comissão de Constituição e Justiça vai discutir com a sociedade a proposta de origem do Executivo



Membros da Comissão de Constituição e Justiça defendem ampla participação popular na discussão da terceira etapa da reforma administrativa

Carlos Killian

Na primeira reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), os parlamentares aprovaram cronograma para a análise da terceira etapa da reforma administrativa. A proposta apresentada pelo líder do governo e relator da matéria, deputado João Henrique Blasi (PMDB), prevê que até 15 de março serão realizadas audiências públicas para ampliar a discussão do assunto com as entidades representativas da sociedade.

No dia 22 de março, termina

o prazo para apresentação de emendas ao projeto de lei complementar. No dia 27, deve ser feita a deliberação conjunta da matéria, conforme proposição a ser encaminhada às comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho e Serviços Públicos, outras duas comissões nas quais a reforma deve tramitar.

Como se trata de projeto em regime de urgência, o prazo de deliberação em Plenário encerra-se no dia 30 de março. Desde já, o líder do governo, João Henrique Blasi, não descarta a possibilidade

de avançar no prazo.

Para auxiliar o debate sobre a matéria, o deputado Joares Ponticelli (PP) pediu que o Executivo remeta aos deputados o impacto financeiro da iniciativa, com a apresentação da lista de cargos eletivos e agentes políticos, cargos em comissão não codificados e previsão de ajuda de custo, gratificações adicionais etc. O líder do PT, deputado Padre Pedro Baldissera, solicitou também que sejam enviados todos os pareceres e estudos jurídicos sobre a reforma administrativa.

Sinal verde para matérias do Executivo

Dos projetos enviados pelo Executivo foram aprovados os que revogam a gratificação de 20% incorporada, quando da aposentadoria do comandante geral da PM, chefe do Estado Maior e chefes da Casa Militar; e o que denomina Batalhão da Polícia Militar Major Raul Stahnke, o 10º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Blumenau.

Outros três projetos do pacote remetido pelo governo foram

apreciados pela CCJ, mas receberam pedidos de vista, respectivamente, dos deputados Padre Pedro Baldissera e Pedro Uczai, do PT, e Joares Ponticelli (PP). São eles: o PLC 12/07, que autoriza a retirada de 25% do Fundo Rotativo nos estabelecimentos provisórios e de execução penal do sistema prisional; o PL 02/07, que altera

dispositivo da Lei Complementar nº 302, de 2005, que trata do Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar, procedendo alguns ajustes em relação à norma geral federal; e ainda o PL 15/07 que dispõe sobre a prorrogação de contratos por prazo determinado na secretaria de Estado da Saúde até 30 de julho, quando poderão ser admitidas as pessoas que passarem em concurso público.

Turismo abre as portas para a participação da sociedade

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente abriu os trabalhos, dia 28, centrando foco no saneamento básico, na delimitação de parques de preservação e no aquecimento global. Presidida pelo deputado Décio Góes (PT), a reunião tratou do parque da Santur, em Balneário Camboriú, que doou o terreno à prefeitura para a construção de um centro de eventos.

Góes apresentou cronograma de trabalhos para que os demais membros discutam e acrescentem outros assuntos referentes à comissão. Ele pretende popularizar e desmistificar as ações do grupo de trabalho, colocando a sociedade a par das discussões. "Pretendemos pactuar compromissos com os demais órgãos de administração direta e indireta que tratam do meio

ambiente e de políticas referentes ao turismo", observou.

Entre os fóruns citados, o deputado Sérgio Grandó (PPS) pediu a inclusão dos corredores ecológicos e discussão sobre o aquecimento global. "Isso obedece a um novo modelo de desenvolvimento mundial. Possuímos 216 reservas ambientais que nem mesmo os municípios conhecem", salientou.

O parlamentar informou que as reservas que mais crescem são as reservas público-privadas. "Esta discussão faz parte da comissão. Estas reservas privadas são boas, pois propiciam um campo muito grande de preservação em nosso estado".

Para o deputado Cesar Souza Júnior (PFL), os dois temas da comissão - Turismo e Meio Ambiente -, são muito complexos para que

sejam trabalhados juntos. "Existe a necessidade de que o turismo seja compatível com os recursos naturais, que começam a afetar a vida de todos. Sabemos que o meio ambiente é um assunto importante e precisa ser discutido agora, mas temos que estabelecer um equilíbrio em nosso cronograma", ponderou.

SANTUR - Preocupado com a situação do parque da Santur em Balneário Camboriú, o deputado Edson Piriquito (PMDB) disse que prefeitura do município não demonstrou muito interesse no assunto. Por isso, pediu uma reunião com o presidente da Santur, Marcílio D'Ávila, e com o secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel. "Precisamos saber qual é a intenção do governo, se haverá a doação do terreno", destacou.



Deputados participam da primeira reunião e tentam definir cronograma

Jonas Lemos Campos

Deputado teme corte para saneamento

O deputado Renato Hinnig (PMDB) acredita que Santa Catarina tem uma vocação natural para o turismo, mas convive com um índice sofrível com relação ao saneamento básico - é o penúltimo estado da Federação em saneamento. Ele frisou a necessidade de um trabalho de conscientização da população.

Renato pediu ao presidente da Comissão, Décio Góes, uma atenção especial do governo federal, que prevê no Orçamento R\$ 100 milhões para saneamento e capacitação de água. "O Ministério das Cidades, no entanto, quer retirar desses recursos cerca de R\$ 80 milhões e destinar para outros estados. Quero sua atenção para que esses recursos cheguem até aqui." Para aquecer o turismo, o deputado Edson Piriquito pretende encontrar um ponto de

equilíbrio unindo as discussões nas diversas esferas públicas e também quer viabilizar a atividades em todas as épocas do ano. "A minha intenção é transformar o veranismo em turismo, com projetos para desenvolver o turismo nas 52 semanas do ano, ao invés dos dois meses de turismo potencial. Isso poderá ser feito com eventos religiosos, culturais e de negócios, sem concentrar em um único período, para que a situação econômica consiga ser equilibrada", ressaltou o parlamentar.

Semana - Góes sugeriu que a Assembléia participe da Semana do Meio Ambiente, realizando atividades que interajam com a sociedade. Já Hinnig lembrou a realização do Seminário Técnico sobre Gerenciamento Costeiro, que será realizado na Casa, no dia 22 de março.



Presidente da comissão, deputado Onofre Agostini, acha que integração é ideal para avaliar matéria

Trabalho quer realização de reuniões conjuntas

O presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Onofre Agostini (PFL), destacou na primeira reunião, no dia 27, a importância de realizar reuniões conjuntas das comissões de Trabalho, Justiça e Finanças para discutir o projeto da reforma administrativa do governo. Segundo Onofre, a integração é fundamental para que a discussão de todo o projeto seja aprofundada. "Acredito que até o final de março ou início de abril, votaremos o projeto. Nós, deputados, vamos aperfeiçoar o texto", afirmou. Na opinião do parlamentar, a realização de audiências públicas sobre o

tema também será positiva.

Na primeira reunião da comissão, com os deputados Renato Hinnig (PMDB), Sérgio Grandó (PPS), Dirceu Dresch (PT) e Joares Ponticelli (PP) foram aprovados três projetos: dois com relatoria do deputado Onofre, que tratam dos atividades do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição de Nova Trento, referente ao ano de 2005 e da Associação Ecos da Esperança de Joinville, ano 2005. Do deputado Dresch, foi aprovado o pedido de diligência sobre o balanço patrimonial da Associação Catarinense da Pessoa Ostromizada, de 2005.

Onofre Agostini destacou

a relevância da Comissão de Trabalho. "Esta comissão é tão importante quanto as outras, vai analisar o mérito de todas as matérias. Tudo o que diz respeito ao servidor público - que é parte interessada no projeto da reforma - passa por esta comissão". Onofre solicitou aos parlamentares agilidade na apreciação das matérias, evitando dessa forma o acúmulo de projetos. "Saibam que nenhum projeto ficará na gaveta e que não haverá privilégios", enfatizou o deputado, que em seguida foi cumprimentado por Ponticelli e Grandó por sua agilidade em conduzir os trabalhos das comissões que já presidiu.

Agricultura começa a discutir crédito fundiário

Na primeira reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural, realizada dia 28, a proposta de crédito fundiário apresentado pela Câmara de Vereadores de Abelardo Luz foi destaque. De acordo com o presidente da comissão, deputado Moacir Sopelsa (PMDB), a idéia dos vereadores é realizar audiência pública para debater o assunto, considerado de grande importância para o setor agrícola catarinense.

Os deputados Reno Caramori (PP), Amauri Soares (PDT), Marcos Viera (PSDB) e Romildo Titon (PMDB), que integram a Comissão de Agricultura, se mostraram favoráveis à causa. Caramori ressaltou que a luta pela agricultura representa ainda que a bancada catarinense

em Brasília abrace essa causa por se tratar de um tema de interesse nacional. A sugestão teve apoio dos demais parlamentares. Sopelsa apóia a audiência. "As opções de local são duas: Chapecó ou Abelardo Luz", afirmou.

O deputado Marcos Vieira, por sua vez, sugeriu debate para discutir os fóruns Permanentes aprovados em Plenário. "Minha proposta é que os fóruns já instalados sejam avaliados entre os líderes de bancada e os presidentes dos fóruns, definindo prioridades. Não devemos criar uma fila de fóruns e depois concluímos que não conseguimos atender a todos", argumentou. Antes de encerrar o encontro, os deputados decidiram que as reuniões da Comissão de Agricultura serão realizadas duas vezes por mês.



Sopelsa: proposta importante para SC

PLENÁRIO

Peninha e Blasi comemoram baixo índice de criminalidade

O deputado Rogério Mendonça-Peninha (PMDB) usou a tribuna, na sessão do dia 1º, para



Peninha: pesquisa nacional

dar visibilidade a uma pesquisa realizada em âmbito nacional que aponta Santa Catarina como o estado com mais baixo índice de criminalidade do Brasil. Seu pronunciamento teve seqüência nas palavras do líder do governo na Casa, deputado João Henrique Blasi (PMDB), que creditou o bom resultado à postura do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

O deputado estipulou diretrizes que possam levar a um melhor desempenho nesta área nos próximos anos e citou como sugestões inequívocas a imediata ampliação do sistema prisional e e um tratamento

adequado aos apenados, objetivando a reinserção social dos mesmos.

O líder também enumerou algumas ações que considera relevantes na evolução da segurança pública como, por exemplo, o aumento considerável do corpo policial, tanto militar quanto civil. Segundo Blasi, "as nomeações de policiais efetuadas por Luiz Henrique são de uma diferença abissal se comparadas com o ex-governador Esperidião Amin (PP). Afinal, Amin, em seus quatro anos de mandato, admitiu quatro policiais civis em todo estado, ou seja, um policial por ano".

Mota destaca Arrancada de Caminhões em Arroio do Silva

O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, anunciou a Arrancada de Caminhões no Balneário Arroio do Silva, que acontece até o dia 4, definida por ele como a "maior competição do mundo na categoria".

O "Arrancadão" começou em 1986, quando Mota era prefeito de Araranguá. Arroio do Silva, local escolhido para o Arrancadão, é considerado um dos melhores balneários do Sul. A Arrancada de Caminhões na beira-mar surgiu devido à existência da Arrancada de Motos e Fuscas e então Manoel Mota, ex-caminhoneiro, juntamente com o Secretário de Turismo Luiz Carlos Verdieri, decidiram iniciar esta nova modalidade esportiva.

Hoje o evento está fixado na Praia da Meta, lado Norte, com uma melhor estrutura, qualidade de solo, acesso e largura da praia para montagem da arena com três pistas nas quais se realizam provas de velocidade em pista de areia à beira-mar. O público aproximado é calculado em 150 mil pessoas.



Mota: iniciativa como prefeito

Dreveck pede informação sobre SC-301

O deputado Silvio Dreveck (PP) encaminhou pedido de informação ao governo sobre obras no trecho da rodovia SC-301, trecho compreendido entre São Bento do Sul e Rio Negrinho, cujo fluxo intenso de veículos pesados tem provocado muitos acidentes. "Uma semana antes das últimas eleições, o então governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, contratou obra para recuperação do trecho com empresa vencedora da licitação – Engepas – no valor aproximado de R\$ 12 milhões, chegando até a deixar equipamentos para realização dos trabalhos", afirmou Dreveck. Entretanto, segundo o parlamentar, terminado o pleito

eleitoral, as máquinas desapareceram, "gerando informações desconstruídas à população que pleiteia pela obra há anos".



Dreveck: muitos acidentes

Aguiar satisfeito com novo centro cirúrgico

O deputado Antônio Aguiar (PMDB) comemorou, na tribuna, a inauguração do novo centro cirúrgico e da central de esterilização do Hospital Governador

Celso Ramos, em Florianópolis. Aguiar destacou a aquisição de respiradores de última geração, além de um neuronavegador, equipamento que garante precisão milimétrica ao neurocirurgião.

O parlamentar ressaltou que o hospital também possui agora um equipamento de estereotaxia, que auxilia no tratamento de epilepsias e Mal de Parkinson, além de respiradores pulmonares de última geração e equipamentos para anestesia com monitoramento automático.

"Essas iniciativas demonstram a preocupação do governo em investir na saúde de Santa Catarina", afirmou o deputado Aguiar.



Aguiar: última geração

Dresch defende políticas públicas integradas

A implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), criando 13 mesorregiões, nove sub-regiões e três regiões integradas de desenvolvimento, levou o deputado Dirceu Dresch (PT) a defender, na sessão do dia 1º, a instalação de um Fórum Parlamentar para acompanhar ações relacionadas à mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, cuja área de abrangência envolve parte de Santa Catarina. De acordo com Dresch, a institucionalização do desenvolvimento regional deve ser entendida como uma política de Estado e não de governo.

"Estamos diante de um quadro de pobreza, de violência, de prostituição infantil e não se faz nada eficiente para combater as causas disso. Talvez esteja aí a solução que a sociedade esperava. A partir do diagnóstico profundo e respeitadas as características de cada região, poderemos aplicar soluções específicas."

O deputado exemplificou a necessidade de uma política regional a partir do que vem ocorrendo no Extremo-Oeste

catarinense, que vive um processo de empobrecimento e de perda de população. "Alguns municípios perderam 50% de suas populações em apenas 20 anos."

A suinocultura catarinense, no mesmo período, deixou de contar com o trabalho de 50 mil famílias de pequenos produtores. Onde estão essas pessoas? Ou mudaram de área ou migraram para centros urbanos, criando bolsões de pobreza", relaciona.



Dresch: de olho no PNDR

Darci cobra mais universidades para SC

Santa Catarina tem grande defasagem em número de universidades. Preocupado com a situação, o deputado Darci de Matos (PFL) apresentou pedido de ampliação da Udesc e da UFSC. "Nosso Estado tem apenas duas universidades – uma federal e uma estadual – enquanto Minas Gerais tem 12 federais; o Rio Grande do Sul, seis; e o Paraná conta com duas universidades federais e oito estaduais", lembrou o parlamentar.

Darci trabalha pela abertura de outros campi da UFSC e da Udesc, especialmente para Joinville. Reclamou que Joinville tem hoje apenas cursos superiores semi-presenciais. "Isso é migalha e nós não aceitamos, especialmente essa cidade, que é o terceiro maior pólo industrial do país."

Em aparte, o deputado Cesar Souza Júnior (PFL) disse que Joinville realmente não conta com uma infra-estrutura educacional adequada em nível superior, mas acredita que também é importante

que Santa Catarina amplie a oferta de cursos técnicos. "É claro que precisamos de mais universidades e por esse motivo afirmo que o Fórum proposto pelo deputado Heneus de Nadal (PMDB) contribuirá muito neste assunto." Já Kennedy Nunes, líder do PP, disse que a reivindicação para criar mais universidades em Santa Catarina "é uma luta de todos nós, pois queremos mais universidades e mais salas de aula".



Darci: repúdio a migalhas

PLENÁRIO

Reforma acirra debate em Plenário

Deputados de oposição e governistas travam queda-de-braço em torno da proposta de origem do Executivo

A discussão em torno da terceira etapa da reforma administrativa ganhou o Plenário na sessão ordinária do dia 28. Deputados de oposição e da base governista se manifestaram em relação a alguns pontos importantes do projeto.

O primeiro deputado a ocupar a tribuna para criticar a reforma encaminhada pelo Executivo foi o petista Décio Góes. O regime de urgência que o governo dá à reforma não agrada ao ex-prefeito de Criciúma, que defende uma participação ampla e profunda com diversos setores da sociedade.

Para ele, a reforma contempla a criação de secretarias regionais com critérios puramente políticos, mas não apresenta sugestões efetivas de desenvolvimento.

Góes também criticou a "suposta racionalização e economia", que constam no texto, já que não há indícios de onde será utilizado o dinheiro não gasto com cortes, entre eles os de comissionados.

O deputado progressista Sil-

vio Dreveck fez coro às críticas de Décio Góes e acrescentou a necessidade de se avaliar o impacto global da reforma e não apenas uma avaliação parcial como consta no projeto entregue à Casa.

A base governista se apressou na defesa da reforma. O deputado Edson Piriquito (PMDB) defendeu a implantação do modelo de governo que se baseia na descentralização, um modelo que encurta as distâncias entre o Executivo e o cidadão. Segundo ele, o modelo foi ratificado com a recondução de Luiz Henrique ao cargo de governador e se preciso for farão reforma ou reforma da reforma, até chegar a um modelo ideal para o Estado.

Companheiro de Dreveck na bancada do PP, o deputado Joares Ponticelli também não economizou nas críticas à reforma administrativa. Declarou não haver elementos suficientes para se analisar o impacto financeiro do Projeto de Lei e que a Assembleia não pode debater com



Parlamentares se manifestam em Plenário sobre pontos importantes do projeto

responsabilidade um projeto incompleto.

Ponticelli questionou quanto custa a estrutura atual do governo

e quanto custará a nova estrutura. "Não há esses números no texto", afirmou. O progressista também acusou o constante envio de re-

forma administrativa pelo governador Luiz Henrique da Silveira. "Esta já é a terceira idealizada pelo chefe do Executivo".

Posse de diretores de escola monopoliza discursos na tribuna

O impasse em torno da nomeação dos diretores das escolas da rede pública de ensino estadual esquentou as discussões em Plenário na sessão ordinária do dia 27. Representantes do Sinte/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), professores, diretores e alunos ocuparam as galerias.

A deputada Odete de Jesus (PR) abriu o debate pedindo ao secretário Estadual de Educação, Paulo Bauer, que reveja a decisão de não nomear os diretores eleitos no ano passado. A deputada defendeu a autonomia das escolas e a representatividade que uma eleição confere ao cargo de diretor e se disse pronta para defender a classe, "já que tenho grande experiência no magistério público".

O petista Pedro Uczai também demonstrou apoio à mobilização do Sinte pela nomeação dos diretores. Para Uczai, "é hora de recuperar a democracia da educação em Santa Catarina". O deputado parabenizou as escolas e professores que compareceram ao Plenário para ativamente participar do debate e foi além. "O governo não consegue atender o mínimo das reivindicações como uniforme e material escolar. Em ano eleitoral os uniformes padro-

nizados para todo Estado foram um chamariz eleitoral e agora, onde estão os uniformes e o material escolar?", questionou.

Em nome da base governista, o deputado Edson Piriquito (PMDB) mostrou-se preocupado com a legalidade das eleições realizadas em 2006. Disse que o homem público tem que respeitar a legalidade absoluta de um processo desta natureza. Para ele, "a educação faz parte do governo e por isso é justo a indicação dos diretores pelo secretário e não por eleição".

Piriquito fez um apelo aos representantes dos professores e das escolas: para que coloquem

as crianças em primeiro lugar e não paralisem as aulas. Pediu para que, enquanto isso, o diálogo entre as partes se aprofunde.

TRIBUNA - Através de acordo de líderes, o coordenador do Sinte, Danilo Ledra, ocupou a tribuna do Plenário. O coordenador aproveitou para fazer um breve histórico de uma série de acordos e reuniões envolvendo sindicato e o governo, que não evoluíram.

"O governo criou a expectativa mas não concretizou os acordos. São 42 escolas com diretores eleitos diretamente pela população e o atual secretário, Paulo Bauer, não reconhece os acordos nem as eleições".



Coordenador do Sinte, Danilo Ledra, faz retrospecto das tentativas de acordo

Ana Paula presta homenagem a Ula Weiss

Ao lembrar da morte da jornalista Ula Weiss, sua assessora de imprensa, a deputada Ana Paula Lima (PT), 2ª vice-presidente do Legislativo, fez pronunciamento emocionado na tribuna, na sessão do dia 27, comovendo deputados, jornalistas e público. Aos 45 anos, Ula morreu, em Blumenau, dia 26, e foi sepultada no dia seguinte no Cemitério Jardim da Paz, em Timbó, sua cidade natal.

Ana Paula destacou, na tribuna, a perda de uma funcionária exemplar, inteligente e de grande experiência profissional. "Ula deixa um legado extraordinário de exemplos de idealismo, tenacidade e uma inquebrantável vontade de superação diária. Santa Catarina perdeu uma excelente profissional de imprensa e eu perdi uma fiel amiga", disse Ana Paula.

Ula, que trabalhou no Jornal de Santa Catarina, A Notícia e Diário Catarinense, foi

também assessora de imprensa no segundo mandato de Décio Lima na Prefeitura de Blumenau, e nos últimos quatro anos assessorava a deputada Ana Paula em seu gabinete na Assembleia Legislativa. Também foi diretora do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e desde 2005 era representante do Legislativo junto ao Cedim (Conselho Estadual da Mulher).



Ana Paula: emoção na tribuna

PLENÁRIO

Titon comemora a ativação da Usina de Campos Novos

A ativação de duas das três turbinas da Usina Hidrelétrica de Campos Novos em fevereiro foi comemorada pelo deputado Romildo Titon (PMDB) na sessão ordinária do dia 27. O parlamentar parabenizou a Campos Novos Energia S.A. (Enercan), empresa responsável pela sua construção. "Este é um dos maiores investimentos que a região Meio-Oeste já recebeu", comemorou, lembrando que a SC-470, que dá acesso ao empreendimento até o município de Abdon Batista, será asfaltada através de uma parceria entre o Governo do Estado e a empresa.

Erguida no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos, Celso Ramos, Anita Garibaldi e Abdon Batista, a implantação do canteiro de obras da usina ocorreu em agosto de 2001. Durante a construção da hidrelétrica, foram gerados cerca de 2.500 empregos diretos e outros 6.000 empregos indiretos, com investimentos que



Titon: investimento no Meio-Oeste

chegaram a R\$ 1,5 bilhão. Quando as três turbinas estiverem em funcionamento, a usina será responsável por 27% da demanda de energia de Santa Catarina.

Segundo Titon, a barragem da Usina Campos Novos é a terceira mais alta do mundo, com 202 metros de altura e comprimento de crista de 592 metros. A área inundada pelo reservatório é de

25,9 km². "Por ser muito alta, a área inundada total acaba sendo pequena se comparada com outras usinas, de apenas 34,6 km². Com isso, o impacto ambiental é menor e a usina é uma das que possui a melhor relação área alagada/potência instalada do país, pois produzirá uma potência de 880 MW".

O parlamentar acredita que além dos programas de desenvolvimento implantados na região e da geração de empregos e impostos, os municípios atingidos também terão aumento de receita. "A Enercan vai pagar cerca de R\$ 12 milhões por ano de compensação financeira (royalties). Destes recursos, os municípios ficarão com 45% do montante e Santa Catarina com mais 45%. Os 10% restantes irão para a União. Com esta compensação financeira a arrecadação dos municípios atingidos crescerá substancialmente".

Uczai propõe debate racional sobre maioria



Uczai: sem sentimento de vingança

O deputado Pedro Uczai (PT) conclamou a sociedade a retomar a racionalidade para discutir a redução da maioria penal. Uczai se referiu ao caso do menino João Hélio, de 6 anos, que foi arrastado por várias ruas do Rio de Janeiro. "Não podemos ser movidos pelo sentimento de vingança", afirmou.

Para ele, discutir a violência envolvendo crianças e adolescentes é fundamental, mas sem deixar de avaliar todas as faces, ou seja, a violência praticada por jovens e a violência sofrida por jovens. "Antes de simplesmente punir, é preciso observar e combater as causas." Uczai acredita que as penitenciárias não sejam a melhor solução, já que estudos indicam que a reincidência de internos é três vezes maior do que em programas sócio-educativos.

Investimentos em programas culturais, esportivos e até laborais, além de ações sociais nas áreas de educação, habitação e saúde, na opinião do deputado, devem anteceder os debates da maioria penal. "Fazendo isso, estaremos agindo como Pilatos, lavando as mãos. É uma posição fácil, cômoda, mas injusta."

Dagomar pede instalação de Unidade Prisional em Brusque

O deputado Dagomar Carneiro (PDT) trouxe para o Plenário da Casa a preocupação da comunidade de Brusque e pediu a rápida instalação de uma Unidade Prisional Avançada (UPA) na cidade. Segundo informou, as condições dos presos na delegacia de Brusque são muito precárias.

"As celas estão sendo ocupadas por presos condenados. Até porque os presídios de Tijucas, Itajaí e Balneário Camboriú estão lotados."

O reflexo mais grave desta situação é que vários mandatos de

prisão não podem ser aplicados. Carneiro revelou que existe uma demanda reprimida de mais de 200 mandatos. "Os marginais estão vivendo na impunidade. O ideal seria que estivéssemos pedindo a construção de escolas e não de cadeias, mas esta é a realidade que vivemos."

Como o terreno para a construção da UPA já foi cedido pela prefeitura, o deputado adiantou que vai encaminhar uma indicação ao governo do Estado e à Secretaria de Segurança Pública para que priorizem a construção da UPA de Brusque.



Dagomar: condições muito precárias

Grando quer fórum para saneamento

Para que Santa Catarina cumpra a legislação sanitária e os municípios tenham acesso ao saneamento básico, o deputado Sérgio Grando (PPS) conclamou as comissões técnicas da Assembleia Legislativa para que seja realizado um encontro ou fórum com os 293 prefeitos do Estado, também com os bancos que proporcionam linhas de financiamento, a FATMA (Fundação do Meio Ambiente), os secretários municipais e ainda os representantes das SDRs (Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional).

No trabalho, seriam traçadas as prioridades na área de saneamento básico. "Todos reunidos vamos solucionar o problema do saneamento do nosso Estado, que não chega a 20% do seu território", estimou.

O parlamentar falou sobre as leis que foram criadas nos últimos anos. A Lei Estadual nº 13.517/05 cria o Plano Estadual de Saneamento, que planeja, organiza e executa as ações de saneamento no Estado, e o Fundo Estadual de Saneamento, instrumento institucional destinado a reunir e canalizar recursos financeiros para a execução dos programas do Plano Estadual de Saneamento.

Grando também citou a Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais e a po-



Grando: definição de prioridades

lítica federal para o saneamento, garantindo a universalização do acesso; abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Para ele, é melhor que cada região tenha um aterro sanitário adequado para a destinação do lixo e não que cada município tenha o seu. Grando também destacou ainda a Lei nº 11.079/04, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. "Está é uma boa ferramenta para os prefeitos utilizarem, mas para que eles consigam firmar o acordo é necessário que tenham um projeto."



Góes: ajuda ao pronto-socorro

Góes cobra atenção e recursos para hospital em Içara

Preocupado com a situação crítica do Hospital São Donato, em Içara, o deputado Décio Góes (PT) foi à tribuna, dia 27, pedir ao governo do Estado mais atenção e recursos para o local, em especial para o pronto-socorro. "O hospital tem que contar com o apoio de entidades filantrópicas para atender a

sociedade", frisou.

De acordo com o parlamentar, o Executivo deve cumprir com suas obrigações e liberar R\$ 240 mil, referentes ao convênio assinado entre a direção do hospital e o governo do Estado em julho do ano passado. "Esse valor vai fazer muita diferença na área", destacou.

PLENÁRIO

Dado se afasta e Venzon toma posse para lutar pelo Vale do Itajaí



Estradas são prioridade para Venzon

O deputado Luiz Eduardo Cherm – Dado Cherm (PSDB) licenciou-se, dia 22, para assumir a Secretaria de Estado da Saúde, prometendo encarar os vários desafios à frente de uma das pastas mais importantes da administração estadual. Em seu lugar, tomou posse o deputado Serafim Venzon (PMDB), que, no primeiro discurso, prometeu lutar por investimentos em infra-estrutura para o Vale do Itajaí.

Entre suas propostas para região, Venzon pretende se empenhar

pela abertura de uma estrada entre Brusque e Vidal Ramos, bem como pelo asfaltamento do trecho Brusque - Nova Trento e a conclusão do acesso entre Brusque e Balneário Camboriú.

Venzon, que já foi vice-prefeito de Brusque e também deputado federal por três legislaturas, agradeceu a confiança depositada pelos seus 28.486 eleitores, a seus familiares, aos funcionários de seu antigo gabinete no Congresso Nacional, assim como a toda bancada do PSDB na Assembléia.

Kuhlmann se licencia e Elizeu assume como primeiro representante serrano

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) tomou posse, dia 21, substituindo Jean Kuhlmann (PFL), que assumiu a Secretaria de Estado Desenvolvimento Sustentável. Com a posse, o Planalto Serrano – região que se estende de Anita Garibaldi a Bom Jardim da Serra – ganha seu primeiro representante neste início de legislatura.

Bastante emocionado, no primeiro pronunciamento, Elizeu disse que esperava pelo momento há mais de 18 anos. “Estou realizando o sonho de poder estar



Elizeu Mattos faz juramento

nesta tribuna representando a Serra catarinense”, destacou.

O novo deputado anunciou que fará um trabalho regional, pois, dos 28 mil votos que recebeu, apenas mil não foram dessa região, onde foi secretário regional. Mattos prometeu trabalhar dia e noite, e ser um grande defensor da descentralização. “Quero aqui defender o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), pois não conheço ninguém que goste mais de Santa Catarina do que ele.”

[GABINETES]

APOSENTADORIA ESPECIAL I

As assinaturas dos primeiros atos de aposentadorias especiais de policiais civis foram destacadas em plenário, pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB). Ele foi pessoalmente prestigiar a passagem para inatividade de um delegado e uma escrivã, como consequência de lei aprovada ano passado no Legislativo, quando, na condição de líder do governo participou na intermediação do pleito da categoria junto ao Executivo.

Com a lei, as mulheres policiais civis já podem se aposentar aos 25 anos de serviço e os homens aos 30, cumpridos requisitos de tempo de atividade na função finalística. “A lei que beneficiou os policiais foi consequência da mobilização da categoria, da vontade política do governo e foi viabilizada graças à celeridade do legislativo na análise da matéria”, disse Blasi na tribuna, prevendo para breve também a aprovação de projeto que regulamentará, em padrões similares, o direito à aposentadoria aos 25 anos para as mulheres policiais militares. (Evory Pedro Schmitt)

APOSENTADORIA ESPECIAL II

O deputado Sargento Soares (PDT) em discurso na tribuna, no dia 28, também fez referência à lei de aposentadoria especial das mulheres policiais. O parlamentar está cobrando do Executivo a regulamentação da Lei Complementar 343/2006 a fim de que as policiais militares femininas de Santa Catarina tenham de uma vez por toda assegurado seu direito, consagrado há mais de um ano pela lei.

De acordo com ele, as policiais civis já estão recebendo o direito à aposentadoria aos 25 anos – o que não acontece com as militares porque há uma interpretação de um dispositivo do Estatuto da Polícia Militar que precisa ser mudado. Representantes das policiais militares femininas e do Grêmio Anita Garibaldi estiveram esta semana reunidas em gabinete com o deputado para pedir apoio nesse pleito. (Alexandre Brandão)

RECUPERAÇÃO DA SC-457

Por indicação, o deputado Onofre Santo Agostini (PFL) solicita a recuperação da estrada que liga Curitibanos a São José do Cerrito, a SC-457. O pedido foi feito ao secretário de Infra-Estrutura e ao diretor do Deinfra.

Onofre afirma que as condições de tráfego estão péssimas, prejudicando o escoamento da produção agrícola daquela região. “Pretendemos, com esta medida, fazer com que o Estado garanta a integridade de todos os motoristas que por aquela rodovia transitam e dela dependem para trabalhar e levar sua vida adiante”, finalizou o deputado. (Jucimar José Lazare)

ESTRADA DO CAMACHO

O deputado Genésio Goulart (PMDB) informou que o governo do Estado apresentou o cronograma oficial para o término da rodovia SC-487, trecho entre a Barra do Camacho e Jaguaruna. Segundo o diretor-presidente do Departamento Estadual de Infra-estrutura (Deinfra), Romualdo França, a conclusão da obra em dezembro de 2007 é “factível e viável”.

Para o parlamentar houve um grande avanço e a comunidade pode ter esperanças na conclusão da pavimentação da estrada do Camacho. Cauteloso, o deputado não quer falar em data para a inauguração, mas baseia-se na previsão do Deinfra para acreditar que até o final deste ano boa parte da rodovia possa estar sendo utilizada pelos veranistas e moradores do Camacho. “A conclusão definitiva pode demorar um pouco mais”, acrescentou o parlamentar.

As informações oficiais sobre o projeto foram apresentadas na noite de segunda-feira (26/02), em reunião no salão comunitário do Camacho, no município de Jaguaruna, com mais de 500 moradores. (Júlio Cancellier)

Ada anuncia planos do mandato

Ao discursar pela primeira vez na tribuna da Casa, a deputada Ada de Luca (PMDB) utilizou o tempo do seu partido para falar do orgulho de representar Santa Catarina e de desempenhar, no Legislativo, um importante papel no processo democrático. A parlamentar agradeceu os votos recebidos e declarou que seu trabalho será desempenhado com responsabilidade, dedicação e esforço redobrado.

Segundo Ada, respeito, liberdade, cidadania e democracia identificam sua vida política desde muito cedo.

Ada prestou homenagem ao seu pai, Addo Vânio de Aquino Faraco, que exerceu o mandato de deputado estadual de 1962 a



Ada: homenagem ao pai que foi deputado estadual

1964 e foi secretário do Trabalho no governo Celso Ramos. “Ele nunca deixou de transmitir com suas palavras e atos os valores da democracia, da liberdade e da justiça social”, afirmou.

Considerando a Casa Legislativa como o espaço mais

importante da prática democrática, a parlamentar falou da convicção de exercer sua função. “O deputado deve sempre se orientar pela ética e pelas normas do Direito Parlamentar. O nosso trabalho deve refletir as aspirações e tendências da sociedade que representamos. Devemos fiscalizar as ações do Executivo, reclamando das autoridades, quando necessário, no intuito de buscar o melhor para a sociedade catarinense”.

Ada finalizou declarando que pretende exercer sua função na Assembléia dando ênfase às questões sociais, aos direitos da mulher, da família e das minorias marginalizadas.

COMUNIDADE

Fotos: Divulgação/Projeto Tamar

Na rota da preservação das tartarugas marinhas

Projeto Tamar/
Ibama coloca
Florianópolis
no mapa da
recuperação das
espécies



Rose Mary Paz Padilha

Elas existem há mais de 180 milhões de anos e conseguiram sobreviver a todas as mudanças do planeta. Mas a origem da tartaruga foi na terra e, na sua aventura para o mar, evoluíram, diferenciando-se de outros répteis.

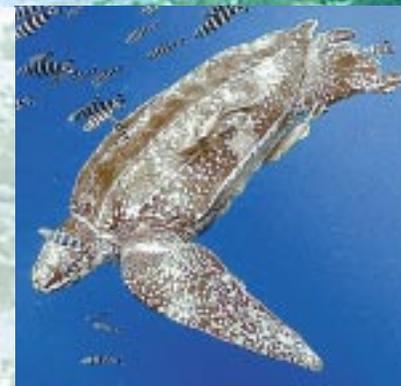
Hoje, no mundo, existem sete

espécies de tartarugas marinhas, agrupadas em duas famílias – a das Dermochelyidae e a das Cheloniidae. Dessas, cinco são encontradas no Brasil, onde há 27 anos o Projeto Tamar/Ibama desenvolve atividades para a conservação das tartarugas marinhas.

Em Florianópolis, quem qui-

ser conhecer um pouco da vida desses seres marinhos tem à disposição a 21ª Base de Pesquisa e Conservação do Projeto Tamar/Ibama, instalada desde 2005 na praia da Barra da Lagoa, tradicional comunidade de pescadores, na Costa Leste da Ilha de Santa Catarina. O Tamar-Sul é um Centro de Educação Ambiental e Recu-

peração das Tartarugas Marinhas. Simples, porém eficiente, o local tem a missão de conscientizar e sensibilizar as pessoas sobre a necessidade de conservar as tartarugas marinhas junto à pesca industrial e artesanal no litoral Sul do país, diminuindo o impacto da atividade pesqueira sobre esses animais.



Proteção não prejudica pesca

Altamente migratórias, as tartarugas marinhas viajam por todos os mares e chegam a percorrer milhares de quilômetros entre os locais de descanso e alimentação e as praias onde fazem seus ninhos. No Sul do país elas não se reproduzem por causa da baixa temperatura. Quando passam por aqui é apenas para se alimentar. Acontece que muitas acabam morrendo – ou em pescas ou em consequência da

poluição das águas.

O maior desafio para proteger as tartarugas marinhas no Sul do país é o de minimizar a captura incidental pela pesca. Presas nas redes (ou em currais, arrastos e anzóis) e, portanto, sem poder subir à superfície para respirar, as tartarugas acabam desmaiando ou mesmo morrendo afogadas.

Segundo o técnico ambiental do Tamar-Sul, Eduardo Santos

Feijó - um dos 13 funcionários da Base Sul –, a idéia é proteger as tartarugas sem inviabilizar a atividade pesqueira. Daí a ênfase em alternativas capazes de minimizar o problema, dentre elas, a substituição de alguns dos equipamentos utilizados pelos pescadores.

Uma das alternativas adotada desde 2004 é incentivar os pescadores a substituir o anzol "jota" (menor), pelo anzol circular (maior), que fisga o peixe sem pegar a tartaruga (veja a foto). "Estudos mostram que essa medida simples diminuiu em 80% o número de mortes", afirmou o técnico, com satisfação. Ele conta que a Base Sul também é um Centro de Reabilitação das tartarugas marinhas, que chegam ao local com ferimentos ou intoxicadas. Mais que cuidados básicos, como curativos e até pequenas cirurgias, cada tartaruga recebe carinho. "Hoje nossa Base é pequena, mas no futuro vamos fazer um trabalho de integração com as comunidades locais, a exemplo das outras 20 Bases do Projeto Tamar existentes no país."

Como visitar

O Projeto Tamar fica na praia da Barra da Lagoa, Costa Leste, a 25 quilômetros do Centro de Florianópolis. O Centro de Visitantes tem a presença constante de monitores, que realizam visitas orientadas para escolas, turistas e moradores da comunidade, com noções de educação ambiental.

Conta ainda com sala de vídeo, exposição permanente de painéis fotográficos com informações sobre as

tartarugas, loja de venda de souvenirs, tanques com exemplares de quatro espécies de tartarugas marinhas que desovam nas praias brasileiras e réplicas em tamanho real feitas em fibra de vidro.

A visitação ao público é de terça-feira a domingo, inclusive feriados, das 9h às 19h. Mais informações no site www.projetotamar.org.br ou pelos telefones: (48) 3232-4152 e 3236-2015.

Saiba mais

- O Projeto Tamar foi criado a partir da contração das palavras "tartaruga marinha". A abreviatura foi necessária para a confecção das placas de metal utilizadas na identificação das tartarugas para estudos de biometria e monitoramento das rotas migratórias, entre outros;

- Além do governo federal, o Projeto Tamar conta com

a participação de empresas e instituições nacionais e internacionais e organizações não-governamentais;

- As atividades do Projeto Tamar estão concentradas em 21 Bases, distribuídas em 1.100 quilômetros da costa brasileira;

- Em 2005, foram 7 milhões de filhotes de tartarugas protegidos e liberados ao mar.



Tartaruga, vítima das redes e da captura incidental pela pesca